

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/ 2025  
PROCESSO DE COMPRA Nº 49/ 2025  
EDITAL Nº 04/ 2025

Na qualidade de participante do certame licitatório em aqui destacado a **MILCLEAN COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, já qualificada nos autos do processo licitatório, aqui apenas recorrente, discorda veementemente das decisões aplicadas pelo Senhor Pregoeiro na condução deste certame licitatório.

Em especial no que comporta sobre a classificação e habilitação da empresa **TKA SECURITY LTDA**, aqui apenas TKA e/ ou recorrida, que fora ilegalmente empossada na condição de vencedora provisória da licitação em comento, mesmo não tendo atendido as regras do edital quanto as condições de precificação e documentação habilitatória.

Dado o cenário não resta alternativa a esta participante, senão introduzir as regras do edital para interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO**, dentro dos preceitos legais da Lei Federal 14.133/21 que regula os processos licitatórios em todo território nacional, tal qual toda e qualquer legislação complementar de âmbito federal, estadual e municipal que tenha vínculo aplicativo com as questões tratadas nesta inicial administrativa.

Rogando ainda em condições recursais para que prevaleça a órbita de soberania do edital, enquanto Lei Interna do processo licitatório em curso, nestas condições passamos a discorrer sobre nossa contestação a manutenção da recorrida como vencedora da disputa pública.

Para início dos argumentos e provas que pretendemos expor, se faz prudente atentar-se ao que pretende enquanto objeto da contratação o edital desta licitação:

**“OBJETO:**

**Contratação da prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial...” – Grifos**

Apostos -

Não pairando dúvidas e/ ou divergências sobre a intenção contratual para a qual se presta a licitação, a empresa recorrida na fase de classificação da proposta, descumpriu a regra licitatória ampla.

Visto que em sua planilha de composição do preço final ofertado, criou um elemento ludibriador para embaraçar o julgamento e criar vantagem ilícita sobre o processo.

Em prática o fez a partir do momento que utilizou salários e benefícios errôneos para a função de limpeza e conservação, isto porque aplicou a Convenção Coletiva da Categoria de entidade sindical que **não representa as atividades de limpeza, conservação e copa**, objeto do certame como já destacado.

A empresa utilizou e apresentou documentalmente na fase de classificação das propostas, salário de função não existente no sindicato do qual a recorrida apresentou inclusive a Convenção Coletiva da Categoria (SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS E COLOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE MÃO DE OBRA TRABALHADORES TEMPORÁRIOS E DE LEITURA DE MEDIDORES E ENTREGA DE AVISOS DO ESTADO DE SÃO PAULO).

Cuja Convenção Coletiva do mencionado sindicato, anexada pela própria recorrida em sua documentação da fase de propostas do certame, comprova **em sua cláusula segunda (abrangência)** que não é este sindicato utilizado pela recorrida, entidade sindical representante da categoria de limpeza e conservação.

“A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a (s) categoria (s) PROFISSIONAL dos trabalhadores das empresas de: a) prestação de serviços à terceiros; b) trabalho temporário; c) leitura e medição de consumo de luz, água e gás encanado; d) entrega de avisos de consumo de água, luz e gás encanado; e) colocação e administração de mão de obra. **Excetuadas de sua representação as seguintes categorias: 1) trabalhadores em Empresas de Asseio e Conservação, Higiene e Empresas de Limpeza Pública Urbana, ...**” – Grifos Apostos -

Nesta conjuntura tanto os salários quanto os benefícios inseridos na planilha de composição de preços da recorrida, extraídos da Convenção Coletiva do (SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS E COLOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE MÃO DE OBRA TRABALHADORES TEMPORÁRIOS E DE LEITURA DE MEDIDORES E ENTREGA DE AVISOS DO ESTADO DE SÃO PAULO), não se aplicam para trabalhadores das empresas de limpeza, asseio e conservação.

Em realidade a recorrida deveria construir sua precificação para a disputa deste negócio público, atentando-se as regras de salários e benefícios do SINDICATO

DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO – SEAC/ SP  
E SINDICATO DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS DE ASSEIO.

Que em sua Convenção Coletiva válida (doc. 01 em anexo),  
revela na cláusula segunda (abrangência), a representatividade da categoria de limpeza e  
conservação para o município de CAÇAPAVA:

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) DOS EMPREGADOS  
NAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO, com abrangência territorial em  
**Caçapava/SP**, Pindamonhangaba/SP, Taubaté/SP e Tremembé/SP.” – Grifos Apostos -

Atentando-se que na Convenção Coletiva da entidade sindical  
correta a ser utilizada para esta licitação, possui determinação clara e objetiva de salários  
distintos para as funções de auxiliar de limpeza, o que também não foi observado pela recorrida.

Já que em sua planilha de composição de preços apresentou o  
**valor inferior** de salário para a função de auxiliar de limpeza, como também não seguiu a  
deliberação dos benefícios instados como obrigacionais na referida e correta Convenção  
Coletiva a ser atendida para esta licitação.

A somatização dos fatos aqui revelados determina de forma  
indubitável que o preço final ofertado pela recorrida é inexequível, além de ilegal.

Inexequível por não demonstrar adequabilidade com a  
Convenção Coletiva da categoria para os salários e benefícios de acordo com o local da  
prestação dos serviços.

Na mesma proporção é ilegal porque descumpre a Convenção  
Coletiva adequada à atividade contratada que possui força de Lei, bem como a própria legislação  
do município da Casa de Leis que comanda este certame licitatório.

Com as posições de ilegalidade e inexequibilidade, resta  
descumprido pela recorrida o que preceitua o item 4.4 do edital:

“4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances,  
serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de  
pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro  
pretexto.” – Grifos Apostos -

Impõe ainda o edital em sua clareza textual fixada no item 6.8,  
em específico no sub-item 6.8.5. o seguinte:

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. conter vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.”** – Grifos Apostos –

Não é permitido a qualquer ente público enquanto órgão licitante, se distanciar do que impõe a Lei Federal de Licitações e Contratos Públicos, já relacionada nesta inicial.

Contextualizando a aplicação da Lei, determina seu art. 11:

**“Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:**

**I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública,** inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

**II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;**

**III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos; ”**

– Grifos Apostos -

Comprovado de forma inequívoca que a empresa recorrida fora favorecida indevidamente nesta licitação, já que não atendeu as regras de classificação comercial nada mais é necessário dizer senão que a recorrida não pode permanecer nesta licitação, sob pena de penitenciar o correto em atenção e privilégio especial ao incorreto.

Assim finalizamos nossa posição recursal, trazendo o ensinamento do renomado Marçal Justen Filho:

**“A escolha do critério de julgamento envolve uma formalidade instrumental, não um fim suficiente em si mesmo para satisfazer o interesse da Administração”.**

Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Revista dos Tribunais, 2ª edição, 2023, pag. 484

Não havendo o que complementar por ser alto explicativo, é preciso pedir que este recurso seja recebido por ser tempestivo, necessitando ser aceito para ter como resultado a exclusão da recorrida desta licitação por tudo que cometeu de ilícito.

Devendo após a consagração da desclassificação e inabilitação da recorrida, a licitação ter sua sequência natural para obter o resultado da contratação pública pretendida.

É o que se requer e pede deferimento.

Taubaté, 16 de junho de 2025

**MILCLEAN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**

Melissa Campos de Lemos  
Procuradora/ Representante Legal  
CPF/MF nº 214.194.558-50 / RG nº 30.567.229-0  
12 3625-2268 / 99611-4159

**Documentos Anexos:**

1. Convenção Coletiva da Categoria de Limpeza e Conservação;

melissa.lemos@milclean.com.br

Assinado  
 *Melissa Campos de Lemos*  
D4Sign



## RECURSO - CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA pdf

Código do documento 3a95b6ed-e5c4-42f3-85d0-633ef8dd6bdb



### Assinaturas



Melissa Campos de Lemos  
melissa.lemos@milclean.com.br  
Assinou

*Melissa Campos de Lemos*

### Eventos do documento

#### 16 Jun 2025, 12:06:10

Documento 3a95b6ed-e5c4-42f3-85d0-633ef8dd6bdb **criado** por MELISSA CAMPOS DE LEMOS (a93af792-48d9-4ed2-baec-04833a5572d9). Email: melissa.lemos@milclean.com.br. - DATE\_ATOM: 2025-06-16T12:06:10-03:00

#### 16 Jun 2025, 12:06:38

Assinaturas **iniciadas** por MELISSA CAMPOS DE LEMOS (a93af792-48d9-4ed2-baec-04833a5572d9). Email: melissa.lemos@milclean.com.br. - DATE\_ATOM: 2025-06-16T12:06:38-03:00

#### 16 Jun 2025, 12:06:49

MELISSA CAMPOS DE LEMOS **Assinou** (a93af792-48d9-4ed2-baec-04833a5572d9) - Email: melissa.lemos@milclean.com.br - IP: 189.44.107.26 (189.44.107.26 porta: 24644) - Documento de identificação informado: 214.194.558-50 - DATE\_ATOM: 2025-06-16T12:06:49-03:00

### Hash do documento original

(SHA256):265559457838de4f955bd16964b1f068f6af7af8baa033eb60c6f221d636bd4d  
(SHA512):64ab67507093359ba856955ea4955a47e447c21e65bc57b991bc64762f6506695f22bbc04470f34f114286e5d2670bd3301589725e3896bb58a596bd7384e23d

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**

**Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL**

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.